

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT07.006

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: AÇÕES EDUCATIVAS SOBRE SAÚDE REPRODUTIVA NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA E HUMANIZADA

Moira Riroca da Silva e Silva¹
Roselaine Ripa²

RESUMO

O presente artigo, vinculado a uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento, teve como objetivo analisar ações educativas em parceria com o Programa Saúde na Escola - PSE, voltadas à temática da saúde reprodutiva sob a perspectiva da Educação Sexual Emancipatória. As atividades ocorreram no segundo semestre de 2024 em uma Escola Estadual da Grande Florianópolis/SC, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, envolvendo estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. A pesquisa conta com referencial teórico pautado em Melo, *et al*(2011), Nunes (1996), Figueiró (2006), Ribeiro (2004) e Carvalho (2012) conceituando a Educação Sexual Emancipatória. De abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, os aspectos metodológicos estão pautados em Bogdan e Biklen (1994), Gil (1999) e Moraes e Galiazzi (2014) para Análise Textual Discursiva como método de interpretação. As ações educativas foram estruturadas em cinco categorias: (1) Respeito consigo e com o

-
- 1 Pedagoga, Mestra e Doutoranda em Educação - Universidade do Estado de Santa Catarina/ UDESC. profmoiraam@gmail.com;
 - 2 Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Professora Associada na UDESC e credenciada no PPGE/UDESC. Líder do Grupo de Pesquisa Nexos: Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar - Sul (CNPQ/UDESC). roselaineripa@gmail.com.

outro, consentimento e direitos; (2) Prevenção: consultas e exames de rotina, vacinação, infecções sexualmente transmissíveis; (3) Métodos contraceptivos e corresponsabilidade; (4) Gestação: Direitos da gestante e a importância da corresponsabilidade; e (5) Puerpério: Saúde no ciclo gravídico-puerperal, como categoria emergente observada a partir das interações e solicitação das/os estudantes. Nos processos educativos foram adotadas metodologias dialogadas e participativas, uso de recursos audiovisuais e materiais informativos que promoveram engajamento, reflexões sobre direitos, prevenção e corresponsabilidade. Os resultados revelaram que práticas intersetoriais entre a educação e saúde potencializam a formação integral dos sujeitos, reafirmando a escola como um espaço potente e estratégico para ações educativas emancipatórias, promoção da saúde e direitos humanos.

Palavras-chave: Saúde Reprodutiva. Educação Sexual Emancipatória. Programa Saúde na Escola. PSE.

INTRODUÇÃO

O Programa Saúde na Escola (PSE) constitui-se como uma estratégia entre os Ministérios da Saúde e da Educação, que foi instituído em 2007, com a finalidade de melhoria da qualidade de vida, visando contribuir para o pleno desenvolvimento e promoção de saúde e educação integral de estudantes da rede pública de ensino da Educação Básica. Assim, as políticas de saúde e educação unificam-se, contando com a articulação de profissionais dessas áreas que trabalham para desenvolver atividades de promoção da saúde e prevenção de doenças, fortalecendo as ações de enfrentamento de vulnerabilidades, ampliando o acesso aos serviços de saúde.

A saúde sexual e reprodutiva, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde e a Declaração dos Direitos Sexuais da World Association for Sexual Health (WAS, 2014), deve ser compreendida para além da ausência de doenças, de forma a incluir questões como bem-estar físico, mental e social, o respeito às diversidades e a sexualidade com responsabilidade, segurança e prazer.

Ao considerar a adolescência uma fase da vida permeada por intensas transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais, torna-se imprescindível a promoção de ações educativas voltadas a favorecer a reflexão crítica e a autonomia dos sujeitos.

Nesse sentido, a educação sexual emancipatória pautada em Melo, *et al* (2011), Nunes (1996), Figueiró (2006), Ribeiro (2004) e Carvalho (2012) se apresenta como vertente que possibilita propostas educativas que articulem direito, cidadania e equidade de gênero. Ao adotar tal perspectiva, o processo educativo visa problematizar desigualdades históricas, violências de gênero, discriminação, estigmas e possibilitar o trabalho pedagógico com a temática para além das questões centradas no biologicismo ao criar espaços de escuta e de acolhimento juvenil.

Partimos da compreensão, com base em Melo, *et al* (2011), de que somos seres sexuados, que a sexualidade é indissociável e que constan-

temente tecemos relações educativas, sejam elas intencionais ou não. Sendo assim, a dimensão da sexualidade é inseparável do existir humano. Ainda conforme a autora, a educação sexual encontra-se presente em todos os grupos sociais, épocas e culturas e se expressa ainda nos vários paradigmas que norteiam o existir humano. Ressaltamos, nesse sentido, a adoção da fundamentação baseada na educação sexual emancipatória. Sobre essa abordagem, a autora destaca:

[...] é visualizada como uma intervenção qualitativa, intencional, no processo educacional que sempre está ocorrendo nas relações sociais.

Essa abordagem mostra-se como um veio temático político-pedagógico fundamental que busca desalojar certezas, desafiar debates e reflexões, posturas fundamentais na busca do desenvolvimento pessoal do ser humano como um ser corporificado, sexuado, contribuindo na busca de cidadania para todos. (Melo *et al.*, 2011, p. 49)

Ainda para avançar na conceituação da abordagem supracitada, ancoramo-nos em Carvalho (2012) ao afirmar que

A sexualidade emancipatória é aquela que dá condições de compreender a dinamicidade, a complexidade, a riqueza única da sexualidade humana. Nesse sentido, a sexualidade emancipatória tem como conceito fundamental a liberdade. Liberdade de tomada de decisões e ações com responsabilidade e respeito ao outro. Aqui, convém ressaltar, responsabilidade, por sua vez, implica cumplicidade. (Carvalho, 2012, p. 38)

Complementarmente à compreensão de sexualidade emancipatória definida por Carvalho (2012) enquanto uma decisão bilateral deliberada, de cunho atitudinal e comportamental, adotada diante dos sujeitos sociais que interagem entre si, o termo “educação sexual emancipatória”, por sua vez, está ancorado em Figueiró (2006), ao apontar que

[...] uma abordagem de educação sexual na perspectiva emancipatória é visualizada como uma intervenção qualitativa, intencional, no processo educacional que sempre está ocorrendo nas relações sociais. Essa abordagem mostra-se como um veio temático político-pedagógico fundamental que

busca desalojar certezas, desafiar debates e reflexões, posturas fundamentais na busca do desenvolvimento pessoal do ser humano como um ser corporificado, sexuado, contribuindo na busca de cidadania para todos. (Figueiró, 2006, p.30)

Foi com base neste referencial teórico, na Declaração dos direitos sexuais (WAS, 2014) e em materiais institucionais do Ministério da Saúde, como: Cadernos de Atenção Básica - Saúde Sexual e Reprodutiva, Cuidando de Adolescentes: Orientações Básicas para a Saúde Sexual e a Saúde Reprodutiva; Biblioteca Virtual em Saúde; Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis e do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira - Fundação Oswaldo Cruz, que se estruturou a experiência analisada neste artigo, que foi desenvolvida em uma escola Estadual da Grande Florianópolis no período de agosto a dezembro de 2024, contemplando estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio.

As ações foram divididas em cinco encontros presenciais abordando respectivamente: 1. Autocuidado, respeito, consentimento e sexualidade na adolescência 2. Saúde sexual e reprodutiva: Consultas e exames de rotina 3. Métodos contraceptivos e corresponsabilidade 4. Direitos da gestante e a importância da corresponsabilidade 5. Saúde no ciclo gravídico-puerperal. As ações foram realizadas com base em referenciais teóricos atualizados e diretrizes do Ministério da Saúde e Ministério da Educação, em consonância com o PSE.

Justificam-se as ações, bem como as escolhas temáticas e metodológicas, por compreender a necessidade de superar práticas fragmentadas e biologicistas, oportunizando a compreensão da educação sexual como direito de forma a contemplar os temas transversais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para além disso, a proposta visou reafirmar o papel social da escola e da parceria intersetorial com a saúde; demanda da instituição por informações confiáveis, respeitadas e humanizadas, oferecendo também espaço de escuta e diálogo às/aos estudantes. Logo, propiciar esses espaços aos

adolescentes revelou-se fundamental para promoção da saúde sexual e reprodutiva como um direito humano, em consonância com as diretrizes do PSE e com os princípios de integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Sendo assim, a presente pesquisa teve como **objetivo** analisar as ações educativas desenvolvidas por uma professora-pesquisadora em parceria com o Programa Saúde na Escola (PSE), em uma Escola Estadual da Grande Florianópolis/SC, tendo como foco a temática da saúde reprodutiva sob uma perspectiva emancipatória.

Para atingir este objetivo, o estudo parte de uma abordagem qualitativa e descritivo-analítica, caracterizando-se como um relato de experiência. Tais processos evidenciaram a relevância em desenvolver ações contemplando a educação sexual, abordando a saúde reprodutiva sob uma perspectiva emancipatória e crítica, revelando interações com as/os estudantes e o fortalecimento do diálogo.

As ações tornaram possíveis ampliar conhecimentos sobre direitos sexuais e reprodutivos, o reconhecimento da co-responsabilidade entre os gêneros nos cuidados que tange a prevenção e a valorização tanto do autocuidado quanto do consentimento.

A abordagem dialógica e com encontros presenciais e recorrentes mostrou-se eficaz, ampliando a participação das/os estudantes gradativamente, pois além de propiciar a compreensão da sexualidade, direitos, cuidados, dentre outros, culminou na emergência da categoria “puerpério”, que expressa o interesse em compreender questões reprodutivas de forma integral.

Em geral, todo o processo reafirma o potencial do PSE como espaço para processos educativos de educação sexual emancipatória, comprometidos com a promoção da saúde e direitos humanos de forma crítica, humanizada e respeitosa.

Assim, este estudo estrutura-se em quatro seções principais: introdução, que contextualiza e fundamenta teoricamente a proposta; metodologia, com os caminhos adotados; resultados e discussões, com

apresentação das categorias analíticas e principais desvelamentos; e as considerações finais, com apontamentos sobre as contribuições da experiência.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como característica a abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, buscando a compreensão e interpretação de fenômenos sociais em contextos reais.

Sob as lentes de Bogdan e Biklen (1994, p.67), na investigação “o objetivo principal do investigador é construir conhecimentos” e, para além disso, esta abordagem evita hipóteses rígidas previamente estabelecidas e busca compreender os significados construídos. Segundo os autores, o/a pesquisador/a permanece em contato direto com o campo, coletando e analisando seu objeto, compondo o processo investigativo como prática reflexiva e interpretativa.

Encontra-se também pautada em Gil (1999) e, de acordo com o autor, pesquisas de cunho descritivo têm como finalidade principal retratar características de determinado fenômeno. O caráter exploratório, também pautado no autor supracitado, busca propiciar uma visão geral e aproximada de um tema, contribuindo para o processo de desenvolvimento de conceitos e formulação de novas questões da pesquisa.

Foram utilizadas anotações reflexivas, diários de campo, planejamentos e sínteses das interações dos encontros educativos como ferramentas complementares que compuseram o corpus de análise. Para realizá-la utilizou-se a Análise Textual Discursiva (ATD), proposta por Moraes e Galiazzi (2014).

Realizou-se então a organização em torno dos quatro focos propostos pelos autores, são eles: “desmontagem do texto”, “estabelecimento de relações” e “captando o novo emergente”, etapa esta que compõe um ciclo, para posteriormente desenvolver o ciclo de análise o qual é denominado “um processo auto-organizado”. Neste processo foram organizadas

as cinco categorias que possibilitam compreender as experiências vivenciadas na escola.

As ações foram planejadas e conduzidas com atenção à adequação etária, respeito à diversidade, acolhimento das subjetividades e em conformidade com as orientações BNCC e do PSE, baseadas, ainda, nos princípios de respeito, confidencialidade e voluntariedade. Ressalta-se que as/os estudantes foram informados previamente sobre as ações educativas e as temáticas abordadas, com necessidade de termo de autorização assinado pelas/os responsáveis no caso de menores de 18 anos.

Por se tratar de um relato de experiência da documentação pedagógica da docente-pesquisadora, sem coleta de dados e imagens identificáveis de estudantes ou de profissionais da escola ou da própria escola, não se fez necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

A metodologia adotada integra escuta sensível e intencionalidade formativa e rigor ético, possibilitando compreender as ações educativas como espaço de construção de saberes. Sendo assim, os resultados e discussões a seguir manifestam-se desse processo, buscando evidenciar como a educação sexual emancipatória, ao articular conhecimento científico, sensibilidade e diálogo, pode contribuir para promoção da saúde e direitos humanos no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações educativas foram planejadas e executadas no âmbito de PSE, tiveram como foco a temática saúde reprodutiva e foram desdobradas em quatro categorias a priori e uma emergente: (1) Respeito consigo e com o outro, consentimento e direitos; (2) Prevenção: consultas e exames de rotina, vacinação, infecções sexualmente transmissíveis; (3) Métodos contraceptivos e corresponsabilidade; (4) Gestação: Direitos da gestante e a importância da corresponsabilidade; e (5) Puerpério: Saúde no ciclo gravídico-puerperal, como categoria emergente observada a partir das interações e solicitação das/os estudantes

As ações ocorreram em encontros presenciais previamente agendados e estruturados, contemplando as turmas do 9º ano do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio nos turnos matutino, vespertino e noturno. Sendo cinco (05) encontros de 1h30 cada nas turmas dos turnos matutino e vespertino e 4 encontros de 45 minutos nas turmas de aulas em período noturno, considerando pedido da gestão escolar devido carga horária já ser reduzida neste período em relação aos demais.

A metodologia adotada para as ações educativas viabilizou a dialogicidade, escuta ativa, bem como reflexões e problematização crítica, fazendo uso de recursos audiovisuais previamente selecionados, como conteúdos de profissionais da saúde, exemplares de métodos contraceptivos hormonais e de barreira viabilizados pela Unidade Básica de Saúde (UBS) do município e *folders* informativos também cedidos pela instituição.

Também foi utilizada a estratégia de “caixinha de perguntas” para acolher dúvidas das/os estudantes de forma anônima, buscando contemplar aquelas/es que não se sentissem confortáveis em perguntar oralmente. Houve ainda a participação de profissional da psicologia, que contribuiu em um dos encontros para discutir sobre “Adolescentes e o uso das mídias, a internet, aplicativos e redes sociais”, contemplando com o diálogo informações sobre *sexting*, vulnerabilidades e formas seguras de interação *online*, dentre outros alertas envolvendo a internet, reforçando assim o caráter intersetorial da proposta, bem como a importância de incluir dimensões psicossociais em práticas educativas.

No que tange aos aspectos éticos, todas as atividades foram conduzidas visando respeito à integridade das/os estudantes em conformidade com conteúdos de acordo com a etapa escolar, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propiciando ambiente de acolhimento, escuta, respeito às diversidades e valorização das diferentes experiências de vida.

A partir dos encontros educativos, tornou-se possível sistematizar as categorias analíticas, sendo elas quatro que foram definidas previamente

e uma emergente. Os encontros educativos revelaram não apenas receptividade das/os estudantes, mas também a relevância de trabalhar a saúde reprodutiva partindo de uma abordagem emancipatória, crítica e dialógica, conforme proposto por Melo, *et al* (2011) e Nunes (1996).

A categoria intitulada “Respeito consigo e com o outro, consentimento e direitos” conduziu o primeiro encontro que teve como eixo central o respeito, consentimento e o reconhecimento dos Direitos Sexuais como dimensão fundamental da cidadania, desdobrando-se em diálogos acerca de situações cotidianas que envolvem limites corporais, pressão social, relações de poder, ampliando o conceito de consentimento e diferenciando-o de “obrigação afetiva” ou “aceitação”, contribuindo para a valorização da autonomia e desnaturalização de comportamentos desagradáveis e/ou violentos.

Foi viabilizado o momento para tratar sobre a Declaração dos Direitos Sexuais (WAS, 2014), com abordagem sobre o direito à liberdade, à integridade e à autodeterminação corporal como eixos fundamentais para o exercício da sexualidade de forma segura e ética. Tal perspectiva visa romper com o paradigma moralizante, propondo uma educação sexual que promova o empoderamento e autocuidado como práticas, com vistas à emancipação.

Além disso, as contribuições da profissional da área de psicologia trouxeram informações e possibilitaram diálogos e questionamentos sobre o uso das mídias, internet, aplicativos e redes sociais por adolescentes.

A psicóloga abordou temas presentes na vida de adolescentes, trazendo informações sobre os possíveis riscos no meio digital, vulnerabilidades e sobre de compartilhamento de imagens, abordando principalmente o *sexting*, que configura a troca de mensagens, vídeos e fotos com conteúdos íntimos ou sexualmente sugestivos ou explícitos que apresenta riscos como compartilhamento do conteúdo sem consentimento, podendo gerar consequências como chantagens e/ou problemas emocionais e até o *cyberbullying*.

A segunda categoria, abarcou “A importância de vacinas, consultas, exames de rotina e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)”, enfatizando a dimensão preventiva da saúde sexual e reprodutiva.

Com foco na realidade local, informações e diálogos sobre a vacinação (contra HPV, hepatite B), consultas regulares e exames de rotina disponíveis na UBS da região tiveram destaque, trazendo informações sobre como é realizado o agendamento, a necessidade de consultas de rotina para ambos os sexos e informações sobre exames como o preventivo, prevenção de ISTs e testes de rotina.

Além disso, também foi abordado sobre as profilaxias pré e pós exposição e métodos de barreira para prevenção de ISTs.

A categoria foi planejada com a intencionalidade de informar como e onde as/os adolescentes podem acessar esses serviços de saúde de forma gratuita, quais estão disponíveis nas Unidades Básicas de Saúde do município, além de buscar naturalizar tais consultas e procedimentos, evidenciando que fazem parte dos cuidados que devemos ter com nosso corpo.

A utilização de materiais do Ministério da Saúde - Brasil (2013) e da Fiocruz (2011) auxiliaram na valorização das políticas públicas de prevenção. O material cedido pela UBS central do município complementou e trouxe a oportunidade de exposição e explicações sobre os métodos preventivos de barreira. Preventivos internos e externos foram levados para informações sobre o uso e descarte correto e realizada a distribuição às/ aos estudantes, respeitando quem não sentia-se à vontade para adquirir e também informando acerca da disponibilidade gratuita nas UBSs.

Aos poucos as/os adolescentes demonstraram interesse, sentiam-se gradativamente mais confortáveis para realizar perguntas, interagir e tirar dúvidas. Sendo assim, notou-se que nossas relações de ensino-aprendizagem foram tornando-se mais próximas, além de questionamentos de quando ocorreriam os próximos encontros e quais temas seriam tratados. Nesse sentido, mesmo tais informações já sendo passadas inicialmente,

esses questionamentos apresentavam-se como interesse em prosseguir com a temática.

“Métodos contraceptivos e a corresponsabilidade” foi a categoria que conduziu o terceiro encontro, configurando-se como um dos momentos de maior interação, curiosidade e questionamentos.

Após momentos de diálogo de cunho teórico e tendo disponíveis amostras de diversos métodos, estes disponíveis na UBS do município e gentilmente emprestados para as ações como: Dispositivo Intra Uterino (DIU) de cobre, pílula contraceptiva, pílula contraceptiva emergencial, contraceptivo injetável mensal e trimestral, adesivo hormonal, diafragma, preservativo interno e externo, as/os estudantes foram convidadas/os para aproximarem-se da mesa a qual estavam expostos para observar, conhecer, tocar e também questionar.

Muitas/os aproximaram-se com curiosidade e interesse, a maioria do sexo feminino, reforçando a importância de enfatizar que a contracepção também é responsabilidade de pessoas do sexo masculino. Ainda assim é necessário destacar que vários meninos trouxeram questionamentos e curiosidade em ver os métodos utilizados pelas mulheres.

No geral, a apresentação dos modelos anatômicos e materiais ilustrativos permitiu que as/os adolescentes compreendessem a eficácia e funcionamento de cada método, além de gerar reflexões acerca da corresponsabilidade entre gêneros na prevenção da gestação das ISTs.

Além das opções disponíveis na rede pública, também foram abordadas sobre os outros métodos contraceptivos como DIU de prata, hormonal, o mini DIU e o implanon, sendo este bastante questionado pelas adolescentes por ser um dos métodos contraceptivos mais recentes e que ainda não encontrava-se disponível pelo SUS.

As discussões também abordaram os métodos de esterilização voluntária e a Lei nº 14.443/2022, que alterou as regras da laqueadura e vasectomia, tornando-as mais acessíveis, disponíveis pelo SUS e pelas redes particulares. Foi ressaltado, portanto, o direito à escolha reprodutiva como parte da autonomia individual, não mais sendo necessária autoriza-

ção do cônjuge, além da redução de idade mínima, de 25 para 21 anos e sem necessidade de já ter filhas/os para realização da cirurgia.

As Unidades Básicas de Saúde também oferecem planejamento familiar, que é um conjunto de ações que garante o controle da fecundidade e o direito de constituir, limitar ou aumentar a prole. Este é um direito humano que se aplica a todas as pessoas, independente do estado civil ou idade, é um direito de todos os cidadãos e está disponível nas UBSs de Santa Catarina.

Apresentar tal informação foi esclarecedora, ressaltando que adolescentes também podem usufruir desta oferta, pois o termo “planejamento familiar” pode gerar dúvidas ou levar à interpretação de que o atendimento é restrito a quem já constituiu família.

Toda essa abordagem foi fundamental no processo de promoção do entendimento da contracepção como responsabilidade de ambos os gêneros, e não como uma responsabilidade e/ou obrigação apenas destinadas às mulheres, reforçando que o cuidado com a saúde sexual e reprodutiva é um compromisso coletivo.

Como quarta categoria, intitulada “Gestação: direitos da gestante e a importância da corresponsabilidade”, o tema foi abordado sob uma perspectiva ampliada, envolvendo questões e aspectos de cunho fisiológicos, emocionais e sociais permitindo contextualizar desde informações sobre pré-natal na rede pública de saúde, legislações que garantem direitos às gestantes e crianças, assim como políticas públicas de atenção integral à saúde.

Sendo assim, assuntos que permeiam a gestação foram conduzidos de forma sensível, buscando viabilizar informações e legislações recentes, valorizar a empatia e o respeito, tratando o tema não apenas como algo biológico, mas sim como fenômeno social e coerente com a proposta emancipatória de Melo, *et al* (2011) e Figueiró (2006) ao discutirem educação sexual.

Foram apresentadas informações sobre o pré-natal e consultas necessárias para gestantes e a importância desse acompanhamento médico para a saúde da gestante e do bebê, bem como legislações que asseguram o direito à alimentos gravídicos.

Ao abordar legislações, o direito de acompanhamento no parto, trabalho de parto e acompanhante (que também foi ampliado para mulheres em atendimentos de saúde) estiveram em pauta, assim como informações sobre a violência obstétrica.

A quinta, e última categoria, deu-se de forma não planejada previamente, mas resultado dos encontros realizados, a partir das dúvidas das/os estudantes (neste caso principalmente das de sexo feminino) sobre o período pós-parto. O interesse em compreender tanto no que tange às questões fisiológicas quanto emocionais do puerpério culminou em abordar o tema trazendo informações que contemplaram sobre cuidados com o corpo em relação ao repouso e descanso, alimentação balanceada, hidratação, cuidados com a ferida cirúrgica (cesariana); o campo emocional e questões que tangem a adaptação ao novo papel de mãe, mudanças hormonais, ansiedade e estresse, apoio emocional e rede de apoio; sinalizações de complicações como sangramento excessivo, dor intensa, febre, alterações no estado mental, dificuldade para amamentar e encerrando com dicas para adolescentes, com informações acerca do planejamento familiar e disponibilidade deste serviço no SUS, mesmo para adolescentes, prevenção da gravidez não planejada, importância do acompanhamento médico durante a gravidez e puerpério e cuidados com a saúde mental.

O desdobramento desta categoria reforçou a relevância de metodologias que acolham as demandas das/os estudantes, evidenciando a escuta ativa, diálogo e atenção para com as dúvidas como parte constituinte da educação com vistas à emancipação.

O interesse pela temática traz indicativos de que as/os estudantes estão conscientes e reconhecem o puerpério como parte do ciclo gestacional e da saúde reprodutiva, ampliando assim a compreensão de que os cuidados não findam na concepção.

Ressalta-se que já havia intencionalidade de trabalhar no último encontro com as dúvidas trazidas pelas/os estudantes ao decorrer dos encontros caso não fossem possíveis tratá-las de imediato por questões relacionadas ao tempo ou aprofundamento de algum assunto que demandaria uma organização prévia.

Assim, surgiu a categoria “Saúde no ciclo gravídico-puerperal” finalizando as ações educativas que, de modo geral, há indicativos positivos acerca do diálogo e engajamento das/os participantes, evidenciando que o espaço escolar pode e deve protagonizar processos educativos sobre saúde sexual e reprodutiva de forma amparada por referenciais teóricos, éticos, científicos e afetivos.

Reiteramos que a educação sexual emancipatória constitui-se como prática social transformadora, possibilitando que adolescentes se reconheçam como sujeitos de direitos, promovendo cuidado, autonomia e respeito mútuo.

Ressaltamos que a saúde reprodutiva envolve o bem estar físico e mental, informar acerca dos direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes tanto em legislações nacionais quanto em documentos internacionais ressalta a importância de respeitá-los como sujeitos de direitos, bem como suas individualidades, buscando promover autonomia dessas/es jovens.

Viabilizar acesso a informações confiáveis e oportunidades para exercer tais direitos, sem discriminação, julgamentos ou pressão, é essencial para contribuir que as decisões sobre a vida sexual e reprodutiva possam ser conscientes e responsáveis.

A perspectiva emancipatória defendida por Melo, *et al*(2011) e Nunes (1996) exige práticas pedagógicas que acolham a diversidade e a complexidade humana. Essa experiência, articulada ao PSE, indica o potencial de processos educativos que conciliam conhecimento científico, sensibilidade, valorização da escuta e diálogo como caminhos possíveis para construção de conhecimento, além de reafirmar o compromisso ético-político com a promoção da saúde e direitos sexuais com direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE) evidenciaram a potencialidade das práticas entre educação e saúde para promoção de uma formação integral, crítica e emancipatória. A expe-

riência permitiu observar a escola como um espaço possível e capaz de acolher discussões sobre a sexualidade para além de questões biológicas, mas também como um campo de direitos, respeito, corporeidade, e afetos de forma ética, científica e humanizada.

As categorias analisadas, sendo quatro planejadas e uma emergente, mostram-se articuladas, complementares e revelam a complexidade da saúde reprodutiva na adolescência, enquanto os diálogos sobre autocuidado, consentimento e respeito apontaram para a relevância de práticas educativas que estimulem o pensamento crítico e a autonomia.

Ao abordar acerca da prevenção de ISTs e métodos contraceptivos evidenciou-se a necessidade de garantir acesso à informação sobre os serviços disponibilizados e assegurados na rede pública de saúde, além de fortalecer a corresponsabilidade e o reconhecimento dos direitos sexuais.

Os diálogos sobre gestação e puerpério demonstraram a pertinência de considerar o ciclo gravídico-puerperal como processo integral, que envolve muito além de aspectos físicos, perpassando pelos aspectos emocionais e sociais. O fato do puerpério surgir espontaneamente como tema, reforçou a dinamicidade da proposta, reafirmando então o quanto a escuta sensível e o diálogo aberto são estratégias centrais da Educação Sexual Emancipatória, trazendo a reflexão de que a emancipação torna-se possível quando o processo educativo reconhece o sujeito como parte do processo e a educação como prática de liberdade.

A experiência evidenciou que metodologias participativas, pautadas na dialogicidade e acolhimento promovem maior envolvimento discente, além de favorecer processos de aprendizagens significativas. A escolha por utilizar recursos audiovisuais como linguagem educativa, a caixa de perguntas e exemplares de métodos contraceptivos foram determinantes para o engajamento das/os estudantes, permitindo o alcance e aprofundamento das discussões, questionamentos e também fundamentais para estreitar as relações pedagógicas que ali estavam sendo desenvolvidas, promovendo diálogo entre as gerações.

Sendo assim, do ponto de vista social, a proposta reafirma a urgência de políticas públicas que garantam ações de educação sexual e saúde reprodutiva nas escolas públicas. Além de demonstrar que experiências amparadas por bases teóricas consistentes e por uma postura ética e sensível podem promover práticas educativas que contribuem para formação integral dos sujeitos, consolidação de uma cultura de respeito, responsabilidade, equidade e direitos humanos.

Entre os desafios, destaca-se o fato de que ainda há maior engajamento e questionamentos advindos das meninas e mesmo com certa participação dos meninos, nota-se menor grau de participação e interação. Tais entraves não inviabilizaram o processo, que foi sempre respeitoso, mas reforçam a necessidade de naturalizar diálogos sobre o tema.

Como desdobramento dessa experiência educativa, destacamos a importância de investir em práticas contínuas, garantindo que o tema integre os currículos escolares e recomendamos o fortalecimento das parcerias entre escolas, secretarias de educação, Unidades Básicas de Saúde, favorecendo a troca de saberes e garantindo a formação de adolescentes e jovens.

Logo, o presente estudo reafirma que a Educação Sexual Emancipatória, vinculada ao PSE, constituiu uma potente estratégia subsidiando às/aos estudantes o reconhecimento de si como sujeitos de direitos e de cuidados, concomitantemente contribuindo para construção de conhecimento, de uma sociedade mais ética, com vistas à democracia e inclusão, ao ponto em que a escola se fortalece como espaço de escuta sensível e educação de forma integral.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES pelo apoio concedido por meio de bolsa de estudos à nível de doutoramento, fundamental para a realização desta pesquisa. Ressaltamos que o incentivo da agência foi importante para viabilizar tempo e condições necessárias ao desenvolvimento e produção

deste trabalho, reafirmando a importância do investimento público na formação de pesquisadoras/es e na produção científica.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Cuidando de Adolescentes : orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 44 p. : il.

CARVALHO, Gabriela Maria Dutra de; et al. **Educação Sexual: interfaces curriculares: caderno pedagógico**. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2012.

ENSP-FIOCRUZ, Escola Nacional de Saúde Pública. **Nascer no Brasil**. Disponível em: https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/?us_portfolio=nascer-no-brasil. Acesso em: 06 ago. 2025.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado das Letras, 2006. Editora Mercado de Letras.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELO, S. M. M. de. et. al. **Educação e Sexualidade**. 2 ed. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

NUNES, César Aparecido. **Filosofia, Sexualidade e Educação: As relações entre os pressupostos éticos-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre educação escolar**. Campinas, SP: UNICAMP. 1996. 330p.tese.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2014. 224 p.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. (Org.). Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

Violência Obstétrica - Fundação Oswaldo Cruz. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2023

WAS - World Association For Sexual Health. **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS**. 2014. Disponível em: <https://spsc.pt/wp-content/uploads/2017/01/DIREITOS-SEXUAIS-WAS.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.